

NICOLAU MAQUIAVEL E O DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Fabricio Soares Pardim¹
Mukabi Misik Senga Pierre²

RESUMO

Esse artigo pretende analisar alguns aspectos da política contemporânea brasileira, afim de melhor compreendê-la a luz das ideias do filósofo renascentista italiano e florentino Nicolau Maquiavel. A partir da sua obra "O Príncipe", buscaremos mais ideias, essencialmente por meio de pesquisas bibliográficas. Alguns termos utilizados em sua obra podem contribuir para uma maior compreensão da realidade. Pretende-se, portanto, discorrer sobre a concepção política do florentino, levando em conta àquilo que é apresentado sobre a natureza humana e seu desejo de alcançar o poder para assim explicitar a capacidade que muitos políticos têm de utilizar o discurso prático e convincente como um meio para alcançar seus interesses e como forma de mascarar a realidade. Diante disso, é apresentada a possibilidade de através da filosofia de Maquiavel, desenvolver de forma efetiva um olhar perspicaz e realista acerca daquilo que se apresenta no discurso político e em tudo aquilo que cerca a política brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Maquiavel. Discurso Político. História. *Virtú*. Fortuna.

ABSTRACT

This article aims to analyse some aspects of contemporary Brazilian politics in order to better understand it in the light of the ideas of the Italian Renaissance philosopher and Florentine Nicolau Machiavelli. From his work "The Prince", we will seek more ideas, essentially through bibliographical research. Some terms used in his work may contribute to a better understanding of reality. The intention is therefore to talk about the political conception of the Florentine, taking into account what is presented about human nature and his desire to achieve power in order to make explicit the ability of many politicians to use practical and convincing discourse as a means to achieve their interests and as a way of masking reality. In view of this, the possibility is presented of effectively developing, through Machiavelli's philosophy, a perceptive and realistic look at what is presented in political discourse and all that surrounds contemporary Brazilian politics.

Keywords: Machiavelli. Political Speech. History. *Virtú*. Fortune.

¹ Graduando do Curso de Bacharel em Filosofia da UniSales- Centro Universitário Salesiano. E-mail: fabriciopardimsoares@gmail.com.

² Licenciado em Filosofia pela Universidade São Francisco de São Paulo (USF/ Campus Pari-São Paulo. Mestre em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/ Campus Perdizes-São Paulo). E-mail: ibnsenga@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Estudar a política como arte de viver em sociedade dentro da reflexão filosófica, demonstra a grandiosidade que se apresenta sobre esse tema. Tendo em vista que se faz presente em períodos diversos, nos quais, alguns filósofos se destacam ao tratar sobre política e inauguram novos métodos. Dois grandes expoentes da filosofia antiga influenciaram grande parte dos pensadores políticos posteriores: Platão e Aristóteles em duas grandes obras como “A República” e “Política”, discorrem sobre as variadas realidades da *polis*, contudo, suas teorias se aplicavam e permaneciam apenas no âmbito da reflexão filosófica ou das ideias. Após a influência dos antigos, surge um novo pensador que muda os paradigmas que até então eram vigentes, em que apresenta uma ruptura com esse pensamento.

Nicolau Maquiavel, filósofo italiano nascido na cidade de Florença no ano de 1469, período do renascimento, foi também historiador, poeta e diplomata de seu tempo. É o responsável por essa mudança, a qual, oferece uma concepção moderna da política. Sua filosofia é conhecida principalmente pela apresentação de uma verdade efetiva e um realismo político o que é uma novidade em seu contexto, ou seja, ele passa a analisar a realidade de forma mais distinta como ela realmente é, fora de ideais utópicos, e assim se diferencia da filosofia platônica, aristotélica e agostiniana, que segundo ele, apresentam o como deveria ser, que são ideias distantes da realidade.

Viveu num cenário transitório dos séculos XV e XVI, numa Itália ainda não unificada que se apresentava ainda no sistema feudal, repleta de constantes transformações. Nessa nasceu e amadureceu o pensamento filosófico de Maquiavel, sendo tomado como um autêntico intérprete de seu tempo.

Sua vida política foi marcante, por se destacar em diversos cargos, mas especialmente como segundo secretário da embaixada, em que presenciou de perto as realidades políticas de seu tempo o que possibilitou apresentar análises sobre a mesma, sendo de relevante importância. Portanto, as contribuições feitas por Maquiavel, não partem de fora, mas de dentro do governo.

No presente trabalho utilizou-se de ideias políticas já apresentadas por outros autores, por meio do uso de um acervo bibliográfico e do método dedutivo para trazer de muitos pensamentos aquilo que pode contribuir para a elaboração deste. O que possibilita que esse trabalho apresente ideias de outros autores, permitindo aos leitores novos

conhecimentos e novas fontes de pesquisas (SEVERINO, 1993) e assim, contribuam para a compreensão da realidade. Tendo em vista que a filosofia de Maquiavel se faz tão atual, buscou-se apresentar de que forma é possível analisar o discurso político brasileiro contemporâneo sob a ótica da obra “O Príncipe”.

Entender a concepção política no pensamento de Maquiavel, principalmente por meio de sua obra, na qual, expõe conselhos aos governantes (príncipes), pode servir como meio para entender a atual conjuntura política brasileira, de forma a nos permitir o estudo da relação que existe entre o poder e a retórica. Ao apresentar os termos de *virtú* e Fortuna em comparação à política contemporânea brasileira busca-se possibilitar a compreensão do que leva muitos cidadãos a se revoltar com tamanha insatisfação contra os governantes e contra a política em geral, e chegue ao ponto de muitos negarem seu ser político e se afirmarem com indiferença em relação a mesma, ou num outro extremo expressando um fanatismo político radical.

Diante desses objetivos, pretendeu-se expor possíveis críticas ao cenário político contemporâneo brasileiro, especificamente por meio do capítulo XVIII da obra O Príncipe, tomando o pensamento realista do florentino como importante figura para discutir questões ligadas ao discurso político.

Por iniciar uma ruptura com a reflexão clássica sobre a política, sua filosofia foi mal interpretada por alguns autores, e ainda é, o que se aplica à visão e a interpretações dadas ao autor, atribuindo ao mesmo o adjetivo “maquiavélico” que em nossa sociedade é um termo pejorativo, contudo, com o intuito de valorizar sua filosofia, apresentar-se-á do pensamento maquiaveliano aquilo que possui de mais importante e que pode contribuir para formular olhares capazes de perscrutar as diversas manifestações políticas na sociedade brasileira contemporânea e levar o leitor a analisar bem os discursos políticos, para não receber de forma pronta e acabada as ideias dos governantes, mas sim, desenvolver um olhar crítico mediante as diversas situações que a realidade apresenta.

2. A QUESTÃO POLÍTICA PARA NICOLAU MAQUIAVEL

Nas diversas teorias políticas que podem ser estudadas, encontra-se marcas de seu tempo e realidades que as cercam. Uma ideia nunca é apresentada pura e simplesmente sem nenhuma influência de seu tempo, portanto, em cada ideia política

defendida há contribuições do seu contexto. Para melhor compreender a política, observa-se as concepções que serão apresentadas no decorrer do capítulo.

No sentido geral, o Dicionário Aurélio (2005, p. 685) apresenta a seguinte definição de política “[...] arte e ciência de bem administrar, dirigir e governar uma nação [...]”. Contudo, essa não é a única concepção apresentada, a profundidade deste tema é perceptível se levarmos em conta que muito já foi escrito sobre. O Dicionário de Política expõe que:

Na época moderna, o termo perdeu seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como “ciência do Estado”, “doutrina do Estado”, “ciência política”, “filosofia política”, etc., passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a *pólis*, ou seja, o Estado (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 954).

Além dos dicionários mencionados acima, o Dicionário de Filosofia demonstra que as questões políticas perpassam por todos os campos. Inicialmente sobre o termo política apresenta que “entenderam-se por este nome várias coisas, e precisamente: 1ª a doutrina do direito e do moral; 2ª a teoria do Estado; 3ª a arte ou a ciência do governo; 4ª o estudo dos comportamentos intersubjetivos” (ABBAGNANO, 1962, p. 742).

Ao recorrer aos antigos, na obra “Ética a Nicômaco”, a política chega a ser afirmada como possuidora de uma natureza superior, sendo chamada de arte mestra, no sentido que:

Ninguém duvidará de que o seu estudo pertença a arte mais prestigiosa e que mais verdadeiramente se pode chamar de arte mestra. Ora, a política mostra ser dessa natureza, pois é ela quem determina quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e vemos que até as faculdades tidas em maior apreço, como a estratégia, a economia e a retórica, estão sujeitas a ela (ARISTÓTELES, 1987, p. 9).

A política para Aristóteles é tomada como uma determinante entre as demais coisas que compõem a sociedade, nela se encontra aquilo que contribui para o bem do Estado, por isso, a afirmação revela um certo reconhecimento do valor inerente a política. Nos períodos antigo e medieval, foram apresentados conceitos por diversos filósofos, que deixaram sua marca na história da filosofia política, contudo, um pensador em especial deixou algo diferente daquelas já existentes.

Nicolau Maquiavel ficou conhecido por uma quebra de paradigmas do pensamento político ocidental, conhecido como fundador da ciência política. Inicia aos sete anos

seus estudos de latim e fundamentos do grego antigo, pelo fato de ser de família simples teve uma educação basicamente fraca, “filho de Bernardo, advogado pertencente aos ramos mais pobres da nobreza toscana” (MARTINS, 1979, p. IX).

Aos vinte e nove anos se forma pela universidade de Firenze, e logo após entra para a vida política, a qual chegou a função de secretário da segunda chancelaria. Sua ascendência política ocorreu no período em que Florença vivia sob modelo republicano, que se deu após a destituição do poder dos Médici. Maquiavel permaneceu durante quatorze anos servido em Florença, porém com o retorno da família Médici ao poder, em novembro de 1517, é demitido sob acusação de conspiração, preso e forçado a viver em reclusão, sendo justamente nesses momentos que surgiram algumas de suas principais obras (MARTINS, 1979).

Nicolau foi capaz de romper com muitas teorias que se encontravam em vigência, e estabeleceu um novo jeito de olhar a realidade política que cercava a sociedade. Suas principais obras políticas foram: “*O Príncipe* data dos anos de 1512 a 1513; *Os discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, de 1513 a 1519; o livro sobre *A Arte da Guerra*, de 1519 a 1520; e, por último, sua *História de Florença*, de 1520 a 1525” (SADEK, 1993, p. 16).

Sua concepção política demonstra os diferenciais de seu pensamento, que se distingue da apresentada por Aristóteles e filósofos utópicos, pois os considera distantes da realidade ou como ele mesmo apresenta:

[...] sendo minha intenção escrever algo de útil para quem vai utilizá-lo, parece-me mais apropriado ir em busca da verdade extraída dos fatos, e não da imaginação. Pois muitos escreveram sobre repúblicas e principados que jamais existiram, porque o modo como se vive é tão distante de como se deve viver que aquele que negligencia o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o da sua preservação (MAQUIAVEL, 2011, p. 121).

Maquiavel demonstra a todos o que se deve levar em conta na política. Para ele os homens não possuem uma inclinação para a vida sociável, porque o homem possui a tendência para a desunião e a discórdia, logo, “a natureza humana faz da política uma guerra” (POMPEU, 2011, p. 141).

A filósofa brasileira Marilena Chauí (1994) quando trata da política, relata as muitas interpretações que se tem acerca dessa, inclusive desenvolve três principais significados que segundo ela se inter-relacionam. Primeiro, apresenta a política como ação dos governantes que regem e determinam o Estado, em seguida como uma

atividade particular de alguns grupos e especialistas, nesse caso os próprios políticos eleitos e, por fim, a política enxergada com uma imagem pejorativa que em sua maioria parte de um senso comum, afirmando uma distância entre a política e o povo, ou seja, uma prática que oferece benefício a alguns em detrimento dos outros. “Fala-se na política como “mal necessário”, que precisamos tolerar e do qual precisamos desconfiar” (CHAUÍ, 1994, p. 369).

Não tendo os homens uma inclinação para a vida sociável, como seria possível a vivência em sociedade? Os homens vivem a constante luta interna dentro do Estado, fazendo assim acontecer a própria sociedade que nasce desse conflito. Para Marilena Chauí:

Toda cidade, diz ele em *O Príncipe*, está originalmente dividida por dois desejos opostos: o desejo dos grandes de oprimir e comandar o e desejo do povo de não ser oprimido nem comandado. Essa divisão evidencia que a Cidade não é uma comunidade homogênea nascida da vontade divina, da ordem natural ou da razão humana. Na realidade, a Cidade é tecida por lutas internas que a obrigam a instituir um pólo superior que possa unificá-la e dar-lhe identidade. Esse pólo é o poder político. Assim, a política nasce das lutas sociais e é obra da própria sociedade para dar a si mesma unidade e identidade. A política resulta da ação social a partir das divisões sociais (1994, p. 396).

A política é, portanto, a constante luta pela manutenção do poder e é justamente nesse conflito entre grupos ou sistemas que os homens demonstram sua natureza, sendo assim desenvolvem o polo do poder político, e deixam claro que “o homem age em função da manutenção de sua vida, assim como os sistemas políticos buscam sua manutenção” (POMPEU, 2011, p. 143).

Nesse sentido, Marilena Chauí nos mostra que a obra “O Príncipe”, é tida como demolidora e revolucionária quando comparada com tradições políticas anteriores. Por isso, o pensamento de Maquiavel acerca da política é tido como pejorativo ou como ela afirma “*maquiavélico* e *maquiavelismo* correspondem àquilo que, em nossa cultura, é considerado diabólico” (CHAUÍ, 1994, p. 395).

Todavia, a importância da teoria de Maquiavel é evidenciada por diversos filósofos, isso fica claro uma vez que “na opinião de Nietzsche, para aquele que busca o poder, não há escapatória: ele deverá necessariamente utilizar a *política de Maquiavel*. Uma comunidade não pode se abster dos meios que permitiriam a sua autoconservação [...]” (MELO SOBRINHO, 2007, p. 15), a utilização das teorias do florentino deixa claro que “o mundo da política não leva ao céu, mas sua ausência é o pior dos infernos” (SADEK1993, p. 18). Portanto, percebe-se que:

A esfera da política é um campo de lutas e batalhas pelo controle dos instrumentos de poder, quer dizer, dos meios do seu exercício. Os homens realmente se digladiam, mas estas lutas são necessárias para a conservação da sociedade. Para os políticos, quer dizer, para os homens que lutam pelo poder, os outros só podem ser ou seus *instrumentos* ou seus *inimigos* [...] (MELO SOBRINHO, 2007, p. 15-16).

O meio político é um local de prestígio, desejado por muitos, o que faz da política um campo de batalha pelo poder que não se finda, é contínuo e imprevisível. Nesse campo alguns podem ser instrumentalizados outros se deixam instrumentalizar para garantir proteção e, ainda outros, preferem ser inimigos, tidos como oposição.

Maquiavel em sua obra trata, sobre essa luta e desejo de alcançar o poder e alerta sobre as mais variadas possibilidades, sejam elas de traição ou de guerra, por isso utiliza de acontecimentos históricos como um meio que possa favorecer o governante, para Winter (2006, p. 118):

A obra “O Príncipe” é, nesse sentido, uma reflexão sobre o poder político que permeia o Estado. Todo Estado é, fundamentalmente, constituído por uma correlação de forças, fundada na dicotomia que se estabelece entre o desejo de domínio e opressão, por parte dos grandes e poderosos, e do desejo de liberdade, por parte do povo, que, em síntese, compõe as relações sociais.

A política resulta do conflito que existe no Estado, entre aqueles que não querem ser dominados e oprimidos e aqueles que são grandes e que desejam oprimir o povo, logo, “o conflito entre esses dois grupos sociais é a essência da ação política em Maquiavel” (WINTER, 2006, p. 124).

2.1 A NATUREZA DO HOMEM PARA NICOLAU MAQUIAVEL

O ser humano é cercado de possibilidades, rodeado de coisas que lhe podem ser úteis. Ao partir dessa ideia podemos questionar, qual a natureza do homem? Percebe-se aqui um vasto campo do qual muito já foi afirmado, contudo as respostas oferecidas nem sempre equivaleram à realidade, por isso, a filosofia de Maquiavel surge como uma nova proposta para compreender essa natureza humana tal como ela é.

Dessa forma, nota-se que os homens trocam de postura com facilidade, por exemplo, têm-se homens de boa vontade com ações nobres, que fazem caridade, que ao olhar por esse ângulo poderíamos até mesmo afirmar uma visão utópica quase angelical destes. Por outro lado, sem grande esforço, podemos citar as duas grandes Guerras Mundiais como notáveis desgraças na história causadas pelas mãos humanas.

Quando se fala mais propriamente do campo político-social, a realidade não se diferencia, por sua vez essa problemática pode ser demonstrada uma vez que

Cotidianamente, jornais, rádios, televisões mostram, no mundo inteiro, fatos políticos que reforçam a visão pejorativa da política: corrupção, fraudes, crimes, impunes praticados por políticos, mentiras provocando guerras para satisfazer interesses econômicos dos fabricantes de armamentos, desvios de recursos públicos que deveriam ser usados para combater a fome, as doenças, a pobreza, aumento das desigualdades econômicas e sociais, uso das leis com finalidades opostas aos objetivos que tiveram ao serem elaboradas, etc (CHAUÍ, 1994, p. 370).

Nessa perspectiva, percebe-se como o homem é um ser desejoso por poder, capaz de fazer de tudo para alcançá-lo e aqui encontra-se um ponto em comum em toda humanidade, a sua natureza má, que foi reprimida por muitos. Assim, “[...] de acordo com a observação de Nietzsche o convívio dos homens é sempre marcado pela disputa, que pode ocorrer de maneira selvagem e cruel [...]” (MELO SOBRINHO, 2007, p. 12), pois como na antiguidade, também na era moderna e contemporânea a natureza humana permanece a mesma, perversa, corrompida e má.

Ao falar da natureza humana trata-se de algo que, “é por conceito, exatamente aquilo que é essencial em cada um e em todos os homens. Não um acidente mais uma essência. Algo inevitável” (POMPEU, 2011, p. 39). Logicamente quando se fala de essência ou natureza humana pode-se correr o risco de recorrer aos idealismos apresentados por filósofos utópicos, mas buscou-se aqui olhar a natureza dos homens como Nicolau Maquiavel mostrou que é possível, de forma realista.

É válido lembrar que Maquiavel não trata explicitamente em sua obra sobre o termo natureza humana, mas desenvolve essa ideia ao longo de seu tratado político. Em sua obra deixa claro a ideia dessa natureza má, ambiciosa, desejosa, perversa, “isso deve ser dito em geral sobre os homens, que são ingratos, volúveis, falsos, covardes, avarentos” (MAQUIAVEL, 2011, p. 132). Logo, há de se perceber que o homem possui algo que deve ser levado em conta, em todos os âmbitos, principalmente na política, pois, “por serem os homens maus” (MAQUIAVEL, 2011, p. 133) eles são tendenciosos, capazes de quebrar qualquer promessa feita, se não houver um motivo maior que o impeça.

Tratando-se da natureza humana, um questionamento que bem afirma o pensamento de Maquiavel é: “Ora, se a maldade dos homens é um dado universal da condição humana, como podemos esperar que as leis, produto do espírito de seres defeituosos, possam corrigir os defeitos da natureza, a ponto de fazer, do mal, o bem?” (BIGNOTTO, 1991, p. 83). Portanto, como podem esperar dos homens aquilo que não faz parte deles? A partir dessa ideia, não se pode esperar do ser humano uma criação

de uma cidade ou Estado perfeito, os homens criam e compõem um Estado que se identifique com sua natureza, por isso, “a sociedade é originalmente dividida e jamais pode ser vista como uma comunidade una, indivisa, homogênea” (CHAUÍ, 1994, p. 396).

Até certo momento, quando Maquiavel apresenta sua concepção de natureza humana, não encontrará muita intervenção da Igreja, tendo em vista que no cristianismo o homem é apresentado como um ser corrompido e inclinado ao pecado, por isso, ele fala da natureza humana sem atacar a tradição cristã (BIGNOTTO, 1991). Isso, não perdurou por muito tempo, posteriormente o autor é renegado, o que não foi totalmente negativo uma vez que “a obra de Maquiavel, criticada em toda a parte, atacada por católicos e protestantes, considerada atéia e satânica, tornou-se, porém, a referência obrigatória do pensamento político moderno” (CHAUÍ, 1994, p. 398).

Ao introduzir essa ideia acerca da natureza má, pode-se perceber que a política é como é, porque os homens são como são, ou seja, se anteriormente foi dito sobre a política como sendo uma luta pela manutenção e preservação do poder, isso fica mais claro neste momento, em que essa luta pelo poder se dá justamente porque os homens são seres ambiciosos, o que faz com que a política se torne “a batalha perpetua das insatisfações” (POMPEU, 2011, p. 141).

Nesse sentido, a tomada de consciência em relação a natureza humana e a forma que essa interfere no agir político, facilita o entendimento sobre a visão que Maquiavel tem acerca da moral. Ele por vezes foi tido como amoral, contudo o que se nota é que:

Para o príncipe a política seria como uma guerra; já para o súdito, como um jogo [...] isto nos coloca diante de duas morais e não na ausência de moral. Maquiavel não é um autor amoral, mas de duas morais. Do súdito e do príncipe. Do jogo e da guerra. [...] A moral do príncipe é a prudência, por isso para ele seriam os fins que justificariam os meios, ou os resultados alcançados é que seriam os critérios de seu julgamento histórico (POMPEU, 2011, p. 115-16).

Dessa forma, Maquiavel demonstra que os homens possuem uma possibilidade para lidar com os acontecimentos, já que não podem contar com sua própria natureza, devem ao menos contar com os fatos históricos deixados por governantes anteriores. Acerca disso, Maria Teresa Sadek (1993, p. 20) confirma que “a história é cíclica, repete-se indefinidamente, já que não há meios absolutos para “domesticar” a natureza humana. Assim a ordem sucede a desordem e esta, por sua vez, clama por

uma nova ordem”. Por conseguinte, o governante prudente tendo consciência disso, deve se precaver de todas as formas para os acontecimentos futuros.

3. A RELAÇÃO ENTRE PODER E RETÓRICA NA POLÍTICA

O uso da retórica no campo político sempre foi de grande estima, esta é considerada como uma importante aliada nos embates que a política proporciona, portanto, possui um papel imprescindível dentro desse campo. Por sua vez, a fórmula do discurso político de acordo com Pompeu (2011, p. 64) “é: crítica ao presente e apelo ao retorno de um passado belo e, infelizmente, esquecido, ou em favor de um futuro promissor”. De forma repetida, o desgosto do tempo presente, o olhar maravilhado pelo passado e a imaginação desejosa do futuro é o que formula a linguagem política de muitos, pode-se falar num saudosismo político de um tempo perfeito que nunca existiu.

Ao observar a política brasileira de forma específica, pode-se perceber que o discurso sempre foi voltado para uma melhora posterior, algo prometido que sempre pareceu muito próximo, no entanto, “no Brasil, esse estranho e eterno país do futuro, um futuro que nunca chega” (POMPEU, 2011, p. 14), a sociedade e a política em geral ainda vivem nesse ciclo de promessas não cumpridas.

Olhar o passado e idealizar um governo perfeito não é satisfatório como mostra Maquiavel, segundo ele é necessário sim, olhar os acontecimentos do passado e os feitos dos grandes governantes, para assim agir no aqui e agora com prudência, ou como ele mesmo escreve “um homem sábio deve sempre seguir os caminhos trilhados por grandes homens, e imitar aqueles que têm sido supremos, para que, caso a habilidade não seja igual à deles, pelo menos você poderá chegar perto” (MAQUIAVEL, 2011, p. 49). A história é cíclica e vai se repetir, daí a necessidade de conhecer e compreendê-la, uma vez que “a história, se bem compreendida, nos dá lições de como proceder no tempo presente. As ações dos homens virtuosos de ontem são tão virtuosas e eficazes hoje quanto foram outrora” (POMPEU, 2011, p. 33).

Tanto o poder quanto a retórica possuem no pensamento de Maquiavel (2011, p. 52) uma atenção inegável, “[...] todos os profetas armados venceram e os desarmados foram destruídos. Além das razões já descritas, a natureza dos povos varia e, enquanto é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firma-los nessa persuasão”. Para Melo Sobrinho (2007, p. 15), “o poder é mau e é preciso força e coragem para exercê-lo; o poder é destruidor e é preciso ser grande para criar ou destruir [...]”, essa coragem

de exercer o poder e a grandeza de criar ou destruir é um elemento excepcionalmente importante e que deve acompanhar a figura do governante (príncipe) virtuoso.

Ao tomar essa ideia de que tanto a retórica quanto a força são necessárias para se alcançar e se manter no poder, pode-se apresentar essas, como uma dupla que se compõe, em que uma reforça a outra, ou como indica Adverse (2017, p. 351) “na verdade, suas relações são complexas, uma vez que a persuasão, por si só, não é politicamente efetiva de modo contínuo e duradouro; por outro lado, a força, por ela mesma, é ineficaz para assegurar a eficácia da ação política”.

O político sabe da importância desses dois pontos apresentados, pois compreende que “a política é uma forma de agir com palavras” (INNERARITY, 2017, p. 93). Desse modo, conhece a importância de um discurso eloquente, bem preparado e com questões atuais, capazes de satisfazer aquilo que o povo deseja escutar, pois “os homens são tão simples e sujeitos às necessidades do momento que aquele que procura enganar sempre encontra quem se deixa enganar” (MAQUIAVEL, 2011, p. 140), assim sendo, é necessário conhecer a natureza humana para melhor compreender o discurso político.

O discurso, como grande aliado político, é capaz de proporcionar uma perfeita realização daquilo que Maquiavel afirma como a capacidade de enganar e se deixar ser enganado. Consequentemente, o discurso vai muito além, nele é possível encontrar posturas ou interesses ideológicos e partidários e como apresenta Innerarity (2017, p. 100) “quem afirma que a política é apenas falar parece não entender que as palavras não são apenas palavras, e sim tomadas de posição”.

O homem é um ser de desejos e ambições, o que nem sempre fica claro, uma vez que “os discursos não correspondem literalmente às ambições, mas nos dão uma pista do que as pessoas ambicionam” (POMPEU, 2011, p. 73), na vida política os cidadãos precisam se atentar a esse ponto, tomar consciência de que é “a ambição que determina o discurso” (POMPEU, 2011, p. 73), daí tem-se noção de que em grande parte o discurso é um meio de ambicionar o poder.

A política possui significação, traz em si as marcas de determinado contexto e de ideologias, não se pode falar em uma inércia tendo em vista que, “na política não existe a não ação, a mera descrição, a neutralidade; quem não faz nada também está fazendo algo e por isso está sujeito a responsabilidades” (INNERARITY, 2017, p. 100).

Ou como afirma Chauí:

As pessoas que, desgostosas e decepcionadas, não querem ouvir falar em política, recusam-se a participar de atividades sociais que possam ter finalidade ou cunho políticos, afastam-se de tudo quanto lembre atividades políticas, mesmo tais pessoas, com seu isolamento e sua recusa, estão fazendo política, pois estão deixando que as coisas fiquem como estão e, portanto, que a política existente continue tal qual é (1994, p. 371).

Ainda que muitos queiram se afirmar como neutros diante dos empasses políticos, isso não seria possível uma vez que o agir, o falar, e o próprio silêncio é carregado de política e é influenciado por ideologias, “quem se exhibe como neutro está desse modo tomando certo partido ao simular não tomar” (INNERARITY, 2017, p. 100), a própria linguagem e discurso é capaz de apresentar qual a opção político-partidária ou ideológica de um cidadão, não só na contemporaneidade, mas também em qualquer outro período, isso porque:

[...] fazer uso da linguagem é mais do que isso. É, acima de tudo, percebermos que os enunciados são instrumentos ideológicos capazes de nos revelar as circunstâncias e contextos em que eles são produzidos, bem como qual a situação e as relações sociais, históricas e culturais o uso da linguagem denuncia ou revela (SANTOS, 2008, p. 71).

Percebe-se, portanto, que “a arte de convencer pelo uso de instrumentos linguísticos” (ABBAGNANO, 1962, p. 823), isto é a retórica, é um elemento essencial para aqueles que almejam alcançar o poder, a mesma tem por objetivo justamente o interesse de persuasão com a utilização do discurso. Aquele que discursa de forma habilidosa e com maestria sabe falar sobre todo e qualquer assunto de forma convincente, por isso, a figura do político deve se basear nesse princípio e ser um bom retórico. Mas ao chegar no poder, precisará de outros meios que garantam a sua permanência já que o discurso por si só não é capaz de garanti-lo. “Enfim, a linguagem pode ser cosmético, maquiagem ou máscara para dissimular ou ocultar a verdade sob as palavras. A linguagem pode ser conhecimento-comunicação, mas também pode ser encantamento-sedução” (CHAUÍ, 1994, p. 137).

Diferentemente do passado em que a autoridade estava no discurso daquele que tinha cargo de responsabilidade na sociedade e que sua palavra era tomada como a verdade, como por exemplo, o poder de fala do Papa. Atualmente, a partir da ideia maquiaveliana de que o governante deve ser astuto e saber simular bem algumas características, nota-se uma realidade em que não se pode afirmar ou reconhecer a verdade por meio do discurso, porém, pode iludir-se com aquilo que é apresentado, mas não afirmar sua total veracidade. Assim, o discurso pode ser visto no campo

político de forma circunstancial, uma vez que “circunstancialismo, portanto, e não idealismo é o que caracteriza o discurso sobre as estruturas e sistemas políticos em Maquiavel” (POMPEU, 2011, p. 147), logo, o discurso é uma grande força desde que se faça a sua correta utilização.

Quando se apresenta o poder no pensamento de Maquiavel, não se pode limitar apenas a ideia do uso da força ou como apresenta Sadek (1993, p. 22), “[...] o poder que nasce da própria natureza humana e encontra seu fundamento na força é redefinido. Não se trata mais apenas da força bruta, da violência, mas da sabedoria no uso da força, da utilização *virtuosa* da força”, por fim, o uso do poder deve vir acompanhado da virtude.

4. A VIRTÚ E A FORTUNA MEDIANTE A POLÍTICA BRASILEIRA

Nicolau Maquiavel trata no decorrer da obra *O Príncipe* de dois pontos cruciais a *virtú* e Fortuna, demonstra de forma muito clara que esses são componentes essenciais que o governante deve conhecer. Apresenta uma nova significação a esses termos, na qual retira a visão cristã que pesava sobre eles, segundo Bignotto “ao longo d’*O Príncipe*, os temas da “*virtù*” e da “fortuna” estiveram presentes, sem que Maquiavel tenha se preocupado em dar um tratamento sistemático a nenhum deles [...]” (1991, p.141).

Na obra o autor trata sobre atitudes que devem ser tomadas pelo governante e apresenta a ideia de *virtú* como sendo um componente essencial que o príncipe deve possuir, contudo, quando fala de *virtú* não se refere as virtudes cristãs ou virtudes apresentadas por filósofos utópicos. Sua concepção traz algo de inovador, visto que uma das principais funções da *virtú*, é a contribuição na permanência e manutenção do poder, “aqui ele começa insistindo em que um homem de autêntica *virtú* jamais poderá ser completamente derrotado, sequer pela fortuna a mais adversa” (SKINNER, 1996, p. 142).

Segundo o florentino, “as defesas somente são confiáveis, certas e duradouras quando dependem de você e da sua virtude” (MAQUIAVEL, 2011, p. 189). No jogo político não é diferente, o governante precisa saber lidar com as mais variadas realidades que se apresentam, se quiser se manter no poder. Para lidar com as muitas intempéries que surgem na vida política, o governante precisa saber agir de forma preparada e para isso precisa ser virtuoso, o agir virtuosamente não significa

propriamente agir moralmente, e esse é um ponto central da política em Maquiavel. Sua filosofia parte de uma lógica que em nada se assemelha à lógica das virtudes éticas individuais vigentes em seu contexto, como apresenta Chauí (1994, p. 397)

Maquiavel inaugura a idéia de valores políticos medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões que regulam a moralidade privada dos indivíduos. O *ethos* político e o *ethos* moral são diferentes e não há fraqueza política maior do que o moralismo que mascara a lógica real do poder.

Dessa maneira, a visão política de Maquiavel introduz novas ideias, principalmente, baseada na verdade efetiva, não se valendo de teorias idealistas e utópicas. Para ele “a política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei” (CHAUÍ, 1994, p. 396), portanto, a virtude toma um novo lugar.

Acerca da Fortuna, Maquiavel desenvolve a ideia de que ela “não era uma força maligna inexorável. Ao contrário sua imagem era a de uma deusa boa, uma aliada potencial, cuja simpatia era importante atrair” (SADEK, 1993, p. 20). Ao mesmo tempo, é necessário sim estar preparado para a mudança dos ventos, das situações, pois, isso pode influenciar diretamente no governo, visto que “sem dúvida alguma, os príncipes se tornam grandes quando superam as dificuldades e os obstáculos com que são confrontados; e portanto a fortuna” (MAQUIAVEL, 2011, p. 163).

Desse modo, o secretário florentino ensina que a sorte só usará seu poder quando a virtude não for usada de forma correta, quando o governante não tiver se preparado para resistir a ela. “A Fortuna, diz Maquiavel, é sempre favorável a quem deseja agarrá-la. Oferece-se como um presente a todo aquele que tiver ousadia para dobrá-la e vencê-la” (CHAUÍ, 1994, p. 397).

Após ter entendido essa ideia da Fortuna como sendo uma deusa que representa “o acaso, o curso da história, o destino cego, o fatalismo, a necessidade natural” (DALL’AQUA, 2006, p. 26) e a *virtú* como a meta de um bom governante, que seja viril, capaz de alcançar a simpatia da Fortuna ou por outro lado, agir de forma impetuosa em relação a mesma, pode-se dar um passo de forma mais simples e efetivo em relação a realidade política atual. Deve-se levar em conta que o contexto em que foi escrita a obra de Maquiavel e o período em que se tenta fazer essa aproximação, são distintos. Assim, como ele utilizava dos acontecimentos do passado da Itália, de Roma e da Florença de seu tempo, para caracterizar ações virtuosas ou não, aqui apresentamos

acontecimentos básicos que podem servir para significar ou simbolizar uma virtude ou sua ausência no contexto político contemporâneo brasileiro.

Um ponto que pode ser observado é que a perda do poder deve-se em sua maioria pela investida da Fortuna e pela falta de *virtú* daqueles que estão no governo. Ao compreendermos essa ideia da perda de poder na política brasileira, pode-se notar que o Brasil já vivenciou grandes acontecimentos políticos que culminaram em notórias mudanças estruturais, de forma geral observa-se segundo Saes que:

A alternância de períodos democráticos e de períodos ditatoriais ao longo de nossa (curta) história republicana. Relembremos, em termos sintéticos, essa alternância: • democracia “oligárquica” entre 1894 e 1930; • período de transição, entre 1930 e 1937; • ditadura estadonovista, de 1937 a 1945; • democracia nacional-populista, de 1946 a 1964; • ditadura militar, de 1964 a 1984; • novo regime democrático-constitucional, a partir de 1988 (2001, p. 406).

Diante do histórico apresentado acima, vemos as diversas modificações que ocorreram em suas estruturas políticas no decorrer da história. O que nos leva a questionar: os governantes sabem lidar com a Fortuna? São precavidos para suas investidas? Assim, a partir dessas indagações vê-se que o histórico político do Brasil demonstra que nem sempre a *virtú* foi usada da forma adequada contra a Fortuna. Os que estiveram no poder, mas que não conseguiram se manter de forma digna, não devem ser tomados como exemplo por aqueles que hoje ocupam esses lugares ou os que ambicionam tal posição, pois não podem ser reconhecidos como virtuosos.

Quando se trata da perda do poder, existe no Brasil a história da abertura de *impeachments* contra seus governantes, esse é o “processo que se instaura contra uma autoridade do Governo que pratica crime de responsabilidade” (KURY, 2001, p. 413). O governante que passa por tal processo, pode ser tomado como um exemplo de falta de *virtú*, seja pelo fato de ter confiado em aliados que o traíram, ou por suas próprias escolhas que ocasionaram tal ato, o fato é que, a perda do poder demonstra a investida da Fortuna e a fraqueza da *virtú*.

A história dos *impeachments* ocorridos no Brasil é diversa, uma vez que se deram em períodos distintos, contudo, o que se pode perceber em todos eles é que se trata de um período de instabilidade e crise no governo. “Em 1992, o Brasil marcava a história: era a primeira vez que um presidente da República; Fernando Collor; passava pelo processo de impeachment” (FORTUNA, 2018). Todavia, anos mais tarde a história se repete, marcada por suas particularidades, sendo o caso da ex-presidente Dilma

Rousseff o mais recente processo de *impeachment* a se consumar. Acerca dos acontecimentos anteriormente citados, Maquiavel (2011) recorda aos governantes que eles deveriam se cercar de pessoas de confiança, pois o risco que correm quando se está no comando, é grandioso. Na política brasileira não sendo diferente, afirma Deborah Fortuna (2018):

[...] o crime de responsabilidade, que gera o impeachment, é uma questão jurídico-política. Ou seja, não conta apenas o que está na lei, mas também o apoio do Legislativo. A questão jurídica é importante para a imputação do crime, mas a política influencia na cassação. Se o chefe do Executivo tiver maioria, há uma grande chance de arquivamento do pedido. A base política influencia.

Recorrer ao passado para usar dos exemplos que oferece é um conselho dado por Maquiavel no capítulo VI, o passado demonstra atos grandiosos de príncipes e governantes que podem e devem ser imitados. O Brasil com um memorável passado tão diversificado, é rico em demonstrações de como o governante precisa lidar com as variadas situações, e mais ainda, como se preparar para elas. Hoje com o advento das tecnologias, o acesso às informações históricas é para àquele que almeja o poder, um grande aliado, tendo em vista que nos meios tecnológicos estão todas as informações do passado e do presente, de uma forma a beneficiar os que desejarem.

Maquiavel apresenta a teoria de que, uma maneira de agir de forma virtuosa se dá ao recorrer aos exemplos dos governantes do passado, no qual, compreende-se que essa afirmação colabora para que os políticos brasileiros contemporâneos sejam em sua maioria considerados não virtuosos, uma vez que atitudes erradas do passado são constantemente repetidas, isso se deve a uma falta que muitos governantes possuem, pois:

Uma coisa é conhecer o exemplo a ser seguido. Outra é ter a disposição de espírito para fazê-lo, o ímpeto necessário ou, como prefere Maquiavel, a *virtú*. Ela é admirável nos grandes homens e também algo a ser aprendido e imitado. Não possuí-la é certeza do fracasso e da ruína. Possuí-la é útil para quem quer governar um reino, comandar exércitos ou administrar a justiça (POMPEU, 2011, p. 35).

Satisfazer os desejos dos grandes, esquecer do povo, retirar seus direitos e seus bens, são atitudes reprováveis, que pode desencadear a ideia de que o governante não possui as características necessárias para ser um bom líder, essas são algumas das atitudes não virtuosas que são presentes na realidade brasileira e que o autor condena em sua obra. Maquiavel (2011, p. 146), apresenta que “um dos remédios mais eficazes que um príncipe pode ter contra as conspirações é não ser odiado e desprezado pelo povo” e disso os governantes não podem se esquecer.

Nesse sentido, Winter apresenta que, “o sucesso do príncipe está atrelado à posse da *virtú*, o que implica numa medida política: a manutenção da conquista. Resistindo aos inimigos e aos golpes da sorte, o homem de *virtú* deve atrair, para si, a honra e a glória e, ao povo, a segurança” (2006, p. 127). Por fim, o príncipe possuidor de *virtú* é resistente às investidas da Fortuna, não é dominado, mas a domina ao ponto de garantir sua permanência do poder e a manutenção de suas conquistas.

5. UMA POSSÍVEL CRÍTICA À POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA A PARTIR DO CAPÍTULO XVIII DE “O PRÍNCIPE”.

O governante é escolhido pelo povo e se quiser sua permanência no poder deve manter seu governo e assim se mostrar virtuoso. O Brasil é um Estado democrático de direito, e possui uma democracia representativa, nessa “as deliberações são tomadas pelos que foram eleitos para esta finalidade, os representantes públicos” (PEDROSO, 1988, p. 75).

Atualmente nota-se no Brasil, acerca dos eleitos representantes do povo, que mediante o desejo da permanência no poder existe uma constante disputa política entre os partidos e entre a população, o que nos leva a acreditar que “o governo representativo é uma hipocrisia que obriga os pretendentes do poder a vestir a máscara da moral e da humanidade [...]” (MELO SOBRINHO, 2007, p. 19). Com isso, vê-se um crescente proselitismo político no país, ou seja, cada um pretende convencer o outro de que sua opinião partidária é melhor, assim há o desejo de eliminar politicamente o outro. Isso pode ser feito dos mais variados modos, mas na contemporaneidade o mais notório se dá por meio do uso das mídias sociais que atingem uma quantidade exorbitante de pessoas, levando todos os tipos de informações, sejam elas verdadeiras ou falsas.

As defesas partidárias se dão num contexto político de grande polarização, e o termo polarização aqui posto tem sido utilizado para caracterizar a política não só do Brasil, mas de muitos outros países do mundo (INNERARITY, 2017). A política brasileira apresenta-se popularmente como direita e esquerda, é válido recordar que esses termos surgiram na Revolução Francesa em 1789, referindo-se a posicionamentos políticos da época e que aos poucos foram caracterizados como conservadores e liberais. Acerca desse eixo de polarização entre direita-esquerda, Innerarity afirma que, “a nova polarização em disputa atualmente é a que coloca em confronto as elites

e as pessoas, entendendo-se assim que a sociedade está dividida em dois grupos homogêneos” (2017, p. 186).

A radicalização de ideias tem tomado conta de grande parte da população, o que faz com que ideais e personalidades políticas sejam tomadas até mesmo como divindades ou como os únicos mantenedores da verdade, em grande parte essas personalidades são tidas como salvadoras da pátria, fazendo do discurso político uma pregação religiosa com um tom de messianismo que promete um Estado perfeito, o que é uma perspectiva recusada por Maquiavel.

Diante de toda essa realidade, a população brasileira em sua maioria não compreende assuntos propriamente políticos, principalmente porque o país possui um multipartidarismo muito fragmentado, o qual colabora para que muitos não se envolvam, ou se deixem guiar por aquilo que as mídias e os telejornais apresentam, isso num período de polarização é um grande perigo, tendo em vista que esses meios podem se tornar uma forma de mobilização das massas, ou parafraseando Mello (2019) pode ocasionar na “quebra da confiança nas instituições e normas democráticas e na falta de urbanidade e civilidade”, ocasionando danos grandiosos à estrutura do Estado.

Pode-se dizer que esta é a verdade efetiva do atual contexto brasileiro, uma verdadeira divisão político-partidária, o que para alguns estudiosos teve início nas últimas eleições presidenciais. André Bello (2019) afirma que:

A polarização política é a antítese do pensamento brasileiro, marcado pela ideia do homem cordial e de um país avesso às guerras. Um abalo sísmico ocorreu para quebrantar a estrutura da afabilidade e cordialidade entre as pessoas e produzir os conflitos políticos, a rejeição ao PT, o fortalecimento da extrema direita e, por fim, a polarização política.

Em todo esse desande de insatisfações políticas, percebe-se com notoriedade aquilo que apresentou Maquiavel (2011), a política como uma guerra pela permanência do poder, ou como disse também Pompeu (2011) é a realidade das insatisfações dos homens. Com o pensamento de Innerarity pode-se entender essa face da política como indignação ou insatisfação dos homens que vai de amada à odiada.

A política já foi alvo de todas as apreciações possíveis, desde as que mais a estimavam até as que mais a desprezavam; de tarefa de alguns, passou a ser de todos e finalmente de ninguém; já foi a solução e agora parece ser o problema. Considerada em certos momentos da história a ocupação mais nobre, supervalorizada inclusive como um meio de salvação, temida como sede do poder, chegou muitas vezes a ser vista como irrelevante e até

abertamente desprezada por ser a causa dos nossos piores males (INNERARITY, 2017, p. 157).

Assim como a política vive essa inconstância mencionada acima, a democracia não se diferencia disso, pois, passa a ser uma luta de cada um por si tal como apresenta Nietzsche (2007, p. 98), “a democracia representa a *des-crença* nos grandes homens e numa sociedade de elite. “Cada um é igual ao outro”. ‘No fundo, somos todos, na medida em que somos, gado e populacho que só se interessam por si’”.

Em consonância com Maquiavel (2011) e o que ele apresenta no capítulo XVIII, sobre como os príncipes devem manter sua palavra, é preciso atentar para aquilo que percebe-se na realidade política brasileira contemporânea. Primordialmente, deve-se ter em mente que é preciso “ser raposa para conhecer os laços e um leão para aterrorizar os lobos” (MAQUIAVEL, 2011, p. 140), o governante precisa usar bem dessas características sendo astuto e forte, ele apresenta que uma sem a outra não é duradoura. Ao observar essa regra na realidade, nota-se que os políticos escolhem somente uma dessas características, e como já mencionado no capítulo anterior, por falta de *virtú* ou por grande investida da Fortuna os governantes nem sempre conseguem bem usar dessa dupla, o que é prejudicial ao governo.

Um outro ponto que pode ser observado é que os governantes possuem dois atributos: ser simulador e dissimulador, acerca disso no terceiro capítulo que trata da relação entre poder e retórica, nos demonstrou essa capacidade que muitos políticos possuem de dissimular pelo discurso ou pela aparência para chegar ou permanecer no poder.

Em sua obra nos apresenta uma outra situação que deve ser levada em conta, “um príncipe deve ter muito cuidado para não deixar escapar de sua boca nada que não seja repleto das cinco qualidades antes mencionadas, para que ele pareça para quem ver e ouvir, repleto de piedade, fé, humanidade, integridade e religião” (MAQUIAVEL, 2011, p. 141), temos aqui de forma notória uma crítica, tendo em vista que os governantes já não se preocupam em aparentar tais qualidades, isso se nota com o uso de palavras inadequadas que ocasionam em um descontentamento da sociedade com a política em geral, ou seja, o desgaste ocasionado por alguns acaba por dificultar a confiança da população nos políticos.

No Brasil, o Presidente da República é um exemplo claro da má utilização das palavras, com afirmações polêmicas sobre variados temas que gera a cada pronunciamento uma série de descredito político, contudo no caso do Presidente da

República essa situação problemática, condenada no pensamento de Maquiavel, parece ser um pouco mais profunda, uma vez que

Além dos problemas que realmente afeta o governo, Bolsonaro ainda tem de lidar com os problemas que os filhos arrumam e acabam respigando em sua imagem como Presidente. Flávio Bolsonaro investigado, Eduardo Bolsonaro com suas declarações polêmicas e o Carlos Bolsonaro que já causou confusões no governo com o ex- secretário Bebianno, com o vice-presidente Mourão e em redes sociais com opiniões agressivas e sem fundamentos (MELO, 2019, p. 35).

Os ofícios que desempenham o governante, exigem que o mesmo saiba disfarçar bem suas intenções, pois, como afirma Maquiavel o mesmo precisa apenas aparentar ter algumas qualidades antes mencionadas. No caso do Brasil, os governantes têm gerado um desgaste da imagem política, justamente por não levar em conta o conselho dado por nosso autor.

Na realidade política brasileira as aparências sempre foram levadas em conta, sendo esta uma grande questão, visto que a sociedade precisa tomar conhecimento sobre essa realidade e ter um olhar mais atento tanto em relação aos discursos quanto às aparências políticas, pois as mesmas não passam de simulações para se alcançar o poder.

A política brasileira contemporânea está repleta de dissimuladores pela aparência e pelo discurso, o que faz com que grande parte da população se deixe levar por promessas que dizem fazer do Brasil o país do futuro, ou que dá receitas de como varrer a corrupção da nação e todas as desgraças decorrentes. Conseqüentemente, se quisermos viver uma política efetiva precisamos observar os políticos de forma realista e prudente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, foi utilizado um arcabouço bibliográfico que pudesse demonstrar de que forma é possível analisar o discurso político brasileiro contemporâneo, mediante a obra “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel. Com isso, foi valorizada a importância e grandiosidade desse tema, no qual, este estudo apresentou que a teoria filosófica do pensador florentino cabe perfeitamente na contemporaneidade política brasileira, uma vez que suas ideias estão presentes em muitas atitudes dos governantes, mesmo que não percebam.

No desenrolar do trabalho, vimos que existe sim a possibilidade de analisar o discurso político brasileiro contemporâneo, contudo, não é o intuito dar uma resposta definitiva a essa questão. É sensato dizer que a ideia de Maquiavel indica esse caminho, desde que se utilize das teorias realistas apresentadas em sua obra. Para analisar o discurso político, é necessário ter em mente como realmente é a política, depois tem de se levar em conta a natureza do homem, essas ideias nos possibilitam entender que o povo precisa indubitavelmente utilizar do realismo na vida política, é ele quem despertará a sociedade de todo e qualquer idealismo, fazendo-nos conscientes de nossas escolhas.

Embora a realidade política do Brasil demonstre que estamos longe de superar os fanatismos e paixões político-partidários, a proposta aqui apresentada surge como uma ideia inicial que pode levar o debate adiante. Por sua vez, é possível uma nova postura política tanto dos governantes quanto da população, porém, para isso é preciso que se leve em conta a realidade tal como ela é, sendo que, não é apegando-se a utopias e idealismos de governos perfeitos que iremos criar um cenário político melhor.

Portanto, a teoria maquiaveliana é de grande valor e reflete na realidade sócio-político, uma vez que é carregada por um cunho histórico que colabora para melhor compreendermos a nossa contemporaneidade. Nesse sentido, compete a cada cidadão brasileiro escolher se vivemos numa política realista desgarrada de utopias que não se esconde sob uma máscara que danifica a sociedade, ou, podemos continuar acreditando numa “política perfeita” que crítica a realidade e promete o surgimento de um “salvador da pátria” como governante.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ADVERSE, Helton. Maquiavel: a força, o poder e a retórica. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v.8, n.16, p. 350-362, ago/dez 2017. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:q0umJI7Bvf4J:periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2017v8n16p350/12755+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. In: _____. (Coleção os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BELLO, André. Origem, causas e consequências da polarização política, explica André Bello. **Poder360**. [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opiniaogoverno/origem-causas-e-consequencias-da-polarizacao-politica-explica-andre-bello/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994.

DALL' AQUA, André Luiz. **Ética e política em Nicolau Maquiavel**. 2006. Monografia (licenciado do curso de filosofia) - Centro Universitário La Salle- UNILASALLE, Canoas, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/graduacao/filosofia_licenciatura/2006/aldallaqua.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Júnior**: dicionário escolar da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2005.

FORTUNA, Deborah. Só Dilma e Collor? Casos de impeachment são recorrentes em todo o Brasil. **Correio Braziliense**. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/07/08/interna_politica,693560/quais-foram-os-politicos-que-sofreram-impeachment.shtml>. Acesso em: 27 out. 2020.

INNERARITY, Daniel. **A política em tempos de indignação**: A frustração popular e os riscos para a democracia. Tradução: João Pedro George. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

KURY, Adriano da Gama. **Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução: Dominique Makins. São Paulo: Hunter Books, 2011.

MARTINS, Carlos Estevam. Vida e obra. In: **Maquiavel**. (Coleção Os Pensadores). Tradução de Lívio Xavier. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MELO, Josefa Karem Leite Aires de. **Os 150 dias de governo Bolsonaro**: "Pátria Amada Brasil". 2019. (Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo). Sumé – PB: Universidade Federal de Campina Grande, 2019. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/7987>>. Acesso em: 02.out 2020.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Escritos sobre política**: A pequena e a grande política. Tradução: Noéli C. de Melo Sobrinho. v.2. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007.

POMPEU, Júlio. **Somos maquiavélicos**: O que Maquiavel nos ensinou sobre a natureza humana. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

PEDROSO, Elizabeth Maria Kieling. Regimes Políticos. In: PETERSEN, Aurea. et al. **Ciência Política**: textos introdutórios. 2.ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1988.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de *virtú*. In: WEFFORT, Francisco C. (org). **Os clássicos da política**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993. p.11-50.

SAES, Décio Azevedo Marques de. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Estudos Avançados**. v.15. n.42, p. 379-410, 2001. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a21.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2020.

SANTOS, Mírian dos. A questão do discurso. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**. Edição Especial, 2008. Disponível em:<https://www.fdsu.edu.br/posgraduacao/revista_artigo.php?artigo=29&volume=>>. Acesso em: 16 set. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SKINNER, Quentin. A era dos príncipes. In: _____. **As fundamentações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia de Letras, 1996. p.134-159.

SOBRINHO, Noéli Correia de Melo. Apresentação. In: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Escritos sobre política**: A pequena e a grande política. v.2. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007.

WINTER, Lairton Moacir. A concepção de estado e de poder político em Maquiavel. **Tempo da Ciência**. v.13. n. 25, p.117-128, 2006. Disponível em:<<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1532>>. Acesso em: 01 jun. 2020.